

Boaventura Sousa Santos: "As condições e a luta são outras, mas ainda não vivemos o fim da história"



Boaventura Sousa Santos

Fernando Fontes

25/04/2012 | 00:00 | Dinheiro Vivo

<http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO042985.html?page=0>

O País é hoje muito diferente do que era em 1974. Mas há aspetos em que parece haver uma involução e muitos reclamam um novo 25 de abril. O diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Boaventura Sousa Santos, dá a sua opinião em entrevista ao Dinheiro Vivo.

O país é hoje muito diferente do que era antes do 25 de abril. Em que área ou áreas (economia, saúde, educação, trabalho, eficiência da administração e da justiça, infraestruturas, distribuição do rendimento...) considera terem sido feitos mais progressos?

Embora alguma opinião pública (com má fé ou sem memória histórica) tenda hoje a descredibilizar ou relativizar a importância do 25 de abril, este foi o momento político mais decisivo do século XX para Portugal porque integrou a nossa sociedade no seio das sociedades europeias modernas, o que, na altura, significava, descolonização, democracia e Estado social. Em todos estes campos Portugal imprimiu a sua

especificidade. A descolonização ocorreu depois de guerras que sangraram o país e as suas colónias mas deu lugar a processos de independência em que, ao contrário do que acontecera com as outras potências coloniais europeias, o ex-colonizador pouco interferiu na vida dos novos países e nos rumos políticos que adoptaram no período pós-independência. A democracia foi implantada, coisa rara na história contemporânea, a partir de um golpe militar protagonizado por um grupo de jovens oficiais e logo assumido pelo povo como a sua revolução totalmente festiva e quase nada violenta. Como sempre na vida, no seu mérito esteve também o seu limite: demasiadas continuidades com o Estado fascista anterior (por exemplo, na administração pública e mesmo nas forças armadas) e demasiados sectarismos puderam disfarçar-se de rupturas democráticas. No campo do Estado social o 25 de abril de 1974 foi o momento da sua criação pois até então o Estado remetia, em boa parte, a protecção social para filantropia privada e reservava para si uma intervenção subsidiária e minimalista (como está agora a suceder de novo). O Estado social assentou em quatro pilares, o que em Portugal foram uma inovação de primeira grandeza: a educação pública, a saúde pública, a segurança social e os direitos laborais.

E, na sua opinião, onde é que poderíamos dizer que o desenvolvimento falhou ou, no mínimo, deveria ter sido melhor potenciado?

Em 1974 Portugal era uma sociedade com um rendimento médio inferior à metade do rendimento europeu. Era uma sociedade de desenvolvimento intermédio, nem primeiro mundo nem terceiro mundo, uma sociedade semiperiférica com a temos designado. Findo o longo ciclo colonial, era de esperar alguma turbulência no novo posicionamento de Portugal no mundo. A alternativa que dominou foi a de “regressar” à Europa, apesar de sermos um dos países mais antigos da Europa. O regresso queria dizer na altura virar as costas ao passado colonial e às relações que aí tecemos durante séculos procurarmos uma integração na Europa, o que veio a acontecer pouco depois , em 1986. O sonho da convergência com os países mais desenvolvidos da Europa assumiu-se como novo desígnio nacional e a torrente de fundos estruturais e de coesão que que desaguou nos cofres do Estado fez crer que o sonho podia transformar-se em realidade. Foi um período com um enorme potencial de transformação da sociedade portuguesa, um potencial que só muito parcialmente se concretizou devido à mediocridade da condução política e à impunidade da corrupção. As infraestruturas (obras públicas) eram necessárias mas eram-no ainda mais a educação e investigação científica e tecnológica. As primeiras tinham lobbies a promovê-las, as segundas, não. Até 2000 Portugal avançou na convergência, reduzindo a metade a sua distância em relação ao rendimento médio europeu. A moeda única desenhada em função dos interesses dos países europeus mais desenvolvidos, combinada com a abertura prematura dos mercados mundiais, estancaram de vez o movimento de convergência. A actual crise financeira visa consolidar a posição semiperiférica de Portugal. Não haverá convergência: Portugal a Grécia, a Irlanda serão o México da Europa.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é muitas vezes apontado como motivo de orgulho, nomeadamente no que se refere à evolução dos cuidados médicos para a população e à grande melhoria dos indicadores. O reverso da medalha é a inversão do desígnio de um serviço tendencialmente gratuito para um serviço tendencialmente pago em que agora está a transformar-se. Tendo isso em atenção, pode falar-se em evolução?

Relativamente ao que se está a passar neste domínio, não falaria em evolução, antes de

uma subversão dos princípios que estiveram na origem de uma política de saúde democrática. O SNS é não só uma realidade social de primeira grandeza como o símbolo luminoso da mobilização da sociedade em torno de um projecto de justiça social que responde às carências da população e procura esbater as desigualdades sociais. Os indicadores estão à vista, como, por exemplo, [a taxa de mortalidade infantil](#) que, em 2008, era de 3,3 mortes em 1000 nascimentos quando a média europeia se encontrava em 4,3. O mesmo acontece com a [esperança média de vida](#), em que temos valores equilibrados com os restantes países europeus. É certo que algumas disfunções organizacionais do sector necessitam de correcção, mas as reformas que estão hoje em curso são alimentadas por uma ideologia privatística e tecnocrática que desconfia da coisa pública e visa desacreditar o princípio de que é possível um serviço eficiente e de qualidade para todos. Verdadeiramente não são reformas; são deformas já que visam desfigurar o SNS e transformá-lo numa caricatura de si mesmo. Distanciam os cuidados dos cidadãos, devolvem os custos com a falsa pedagogia das taxas moderadoras e prejudicam a consolidação de uma medicina preventiva. Não há uma política de saúde consistente que não priorize os serviços de proximidade. O desinvestimento na medicina preventiva e de proximidade a que temos vindo a assistir irá ter consequências dramáticas de futuro. O sector da saúde é dos mais cobiçados pelo mercado privado e não será por acaso que a oferta pública só é desmantelada onde há interesse privado. Para o capitalismo médico é essencial que continue a existir o SNS, não para servir os cidadãos, mas sim para servir de recurso para o sector privado no caso de actos médicos que pela sua complexidade, custo ou duração deixaram de ser lucrativos. Destruir o SNS em nome da sua salvação tem sido a retórica que anima um dos ataques mais preocupantes à democracia e à coesão social, convertendo a saúde num bem de luxo.

Também no que se refere à educação, nunca chegou a ser inteiramente gratuita como se pretendia, mas é certo que se democratizou, tornando-se mais acessível a todos. A diferença do número de licenciados antes e depois do 25 de abril é disso um exemplo. O contraponto é uma oferta muito desfasada da procura e o facto de, enquanto antes ter uma licenciatura era garantia de emprego, hoje não garantir nada, sendo crescente o número de licenciados desempregados. É isso evolução?

A democratização do acesso ao ensino e o aumento extraordinário do número de diplomados é naturalmente um sinal de melhoria social. Significa que a nossa sociedade foi capaz de combater o elitismo que vinha do Estado Novo, de igualizar oportunidades, de qualificar os recursos humanos e de os capacitar para melhor poderem contribuir para o seu futuro e para o bem comum. Achar que há excesso de qualificação é sempre um contra-senso porque o conhecimento nunca é excessivo. Pelo contrário: o drama que atualmente vivemos é o drama do desperdício do potencial técnico e humano disponível. No último trimestre de 2011 o desemprego qualificado atingiu o seu máximo: o número de desempregados com [o ensino superior completo ultrapassou os 100 mil](#). Esse desfasamento a que se refere não é um problema de democratização – até porque começam a surgir notícias alarmantes sobre o [abandono forçado do ensino superior por motivos económicos](#). Portugal fica abaixo da média europeia no [apoio financeiro aos estudantes](#). É portanto um problema de ausência de visão estratégica que se agrava com uma política económica e de emprego reféns dos imperativos irresponsáveis da austeridade: o recuo do Estado social, o empobrecimento das classes médias, a frustração das expectativas de ascensão social e a desregulação do mercado de trabalho têm convertido todo esse esforço de qualificação não numa vida melhor e em valor económico acrescentado, mas em precariedade, desemprego e incerteza.

Em termos de direitos laborais e de proteção social é inegável que muita coisa se conseguiu nestes quase 40 anos. Mas ultimamente, em nome da crise e do ajustamento, assiste-se cada vez mais a um retrocesso nessas conquistas. Não corremos o risco de acabarmos por ficar pior nesse domínio do que antes do 25 de abril?

O País está sujeito a uma enorme pressão das lideranças europeias que têm forçado um ajustamento estrutural ao serviço dos mercados financeiros e não do interesse da economia. A intervenção externa tem sido um pretexto para um golpe de estado nas relações de trabalho que há muito a burguesia portuguesa tem congeminado. O fim dos direitos laborais e a liberalização dos despedimentos, mais do que ajudarem à reconversão económica, são sobretudo uma demonstração de força do capital face ao trabalho e mostram bem que a competência e o espírito de iniciativa do nosso tecido empresarial se reduz ao lobby por um Estado fraco ao serviço dos fortes. A chantagem do desemprego condena os trabalhadores à resignação e a qualidade das relações de trabalho tem vindo a degradar-se continuamente. A oficialização dos falsos recibos verdes é disso exemplo e tem gozado de uma enorme tolerância social: aquilo que antes eram formas atípicas de emprego têm-se tornado regra e hoje encara-se como natural ser o trabalhador a arcar com os respectivos encargos sociais. Veja-se a polémica em torno dos Censos e da [ocultação estatística dos falsos recibos verdes em Portugal](#). A precariedade não é apenas uma quebra ou intermitência de vínculos laborais, é sobretudo uma política do medo. E o medo não é democrático, é autoritário.

Outra diferença que se vem verificando tem a ver com as condições de trabalho que eram normalmente oferecidas pelas grandes empresas (creches, refeitórios, serviços de saúde, atividades culturais e desportivas, lazer) e que se têm vindo a perder. Fala-se cada vez mais em competitividade e produtividade e menos em regalias sociais dadas pelo empregador. É isto progresso?

Há pouco falei da política do medo, mas é bom lembrar que ela traz consigo uma nova linguagem que as pessoas incorporam acriticamente. A discussão recente em torno dos fim dos feriados é disso exemplo: criou-se uma falsa tensão entre os feriados civis e os feriados religiosos, quando o objetivo era atacar o direito ao descanso dos trabalhadores. Os trabalhadores não têm perdido regalias, os trabalhadores têm perdido direitos, tanto os mais velhos como os mais novos. Uma regalia é diferente de um direito. Um direito não é um privilégio, muito pelo contrário. Se alguma tradição existia em grandes empresas de fornecer serviços aos trabalhadores, o seu objetivo era sobretudo garantir a coesão da comunidade empresarial e, com isso, aumentar os níveis de produtividade. Nos dias de hoje essa concepção acabou. Hoje a responsabilidade social das empresas é um novo filão que legitima o recuo dos direitos sociais e laborais em nome de uma nova ideia de filantropia que é, em bom rigor, uma armadilha. Para além disso, embora o Estado social esteja hoje sob stress, Portugal nunca teve um Estado-Providência idêntico aos países centrais europeus. Foi a própria sociedade que teve de se organizar – aquilo que eu chamo sociedade-providência – no sentido de responder às suas necessidades. Mas esta sociedade-providência, para além de desigualmente distribuída, tem limites. E eles estão hoje amplamente ultrapassados.

Na economia, o modelo que tínhamos, centrado na agricultura e na indústria de mão de obra intensiva, evoluiu para os serviços. Considera que foi um erro? Ainda dá para voltar atrás?

Portugal sofreu uma transição acelerada de uma sociedade predominantemente agrícola para uma economia de serviços sem que tenha sofrido um impulso industrial com

efeitos sustentáveis que reduzissem o grau de vulnerabilidade económica do país. Esse é um problema que diz muito do perfil da burguesia portuguesa, da sua concepção de risco e do seu facilitismo nas opções de investimento. Por outro lado, a política económica acompanhou esse processo sem uma visão estratégica que acautelasse o interesse coletivo ao nível do emprego, da competitividade e do crescimento económico. Voltar atrás é sempre impossível, mas o futuro, embora pouco promissor, não acabou. O plano da troika e dos governos não é uma solução para a crise, é apenas uma gestão da crise. A inovação e o valor acrescentado não se cumprem com produtos financeiros e com recessão, antes com a revitalização do sector produtivo, com uma política industrial que resgate os vetores económicos fundamentais e com investimento público que combine estrategicamente a agricultura, a indústria e os serviços, priorizando os bens transacionáveis. Esse é um programa que procura sair da crise e não fazer da crise uma nova forma de governar.

Na agricultura, primeiro com uma reforma agrária mal sucedida, depois por imposição da EU, o resultado foi a destruição do sector. Acha que fomos prejudicados pelos interesses de outros países nossos parceiros?

A entrada de Portugal na União Europeia permitiu receber de um conjunto amplo de apoios que encontra o seu reverso, entre outros exemplos, na política agrícola comum. É a política comunitária mais antiga, [com um peso tremendo no orçamento europeu, que ronda os 40%](#). A distribuição do orçamento padece de um viés estrutural, que submete a generalidade dos produtores agrícolas aos grandes interesses agro-alimentares, sendo que França e Alemanha constituem os grandes países beneficiários, em detrimento das periferias europeias. Esta desigualdade europeia desdobra-se ainda em desigualdades nacionais muito fortes agravadas pelos critérios de atribuição dos subsídios, que penalizam aqueles que mais precisam. Nesse sentido tem sido uma política desastrosa que condena o potencial agrícola à destruição, sendo incapaz de gerar emprego e atrair população. A abertura dos mercados tem convertido a Europa num grande importador de alimentos, com os quais a produção nacional é incapaz de competir. Quando as zonas rurais começam a ser espaços crescentemente cobiçados para empreendimentos turísticos e de lazer, pensar uma política agrícola com viabilidade económica e justiça social obriga a pensar em instrumentos que corrijam os efeitos perversos das quotas de produção, que dêem preferência às economias locais e que libertem o sector da especulação financeira.

O mesmo se aplica à desindustrialização a que se assistiu no país. Terá sido uma má escolha nossa ou uma imposição vinda de fora? Havia outra opção?

A financeirização da economia foi um dos grandes motores da crise que hoje vivemos e encontrou em Portugal um país economicamente desprevenido que sofre agora as consequências de uma política económica irresponsável que vingou nas últimas décadas, tanto por via dos constrangimentos externos como resultado de escolhas nacionais. A entrada na zona euro e a recente lógica da austeridade acentuam o caminho desindustrializador que tem sido comandado por uma burguesia confortada em negócios seguros à custa de todos – como as parcerias público-privadas – e incapaz de olhar para o sector produtivo como uma oportunidade que gera emprego e competitividade económica, produzindo bens transacionáveis e com os pés assentes na terra. A abertura dos mercados ao exterior agravaram as débeis condições competitivas do tecido industrial português, cuja reconversão não encontrou nem administrações empresariais nem política pública à altura das necessidades. Havia certamente outras opções, que a força neoliberal da economia financeira impediu de concretizar. A própria condição

semiperiférica de Portugal deve encontrar nos instrumentos de política industrial uma via alternativa à recessão que consolide uma economia menos volátil, lutando para que o espaço europeu crie condições razoáveis de concorrência. Mas tudo indica que se caminhe em sentido oposto.

Terão alguma vez imaginado os responsáveis pelo 25 de abril que precisaríamos recorrer à ajuda do FMI por três vezes num tão curto espaço de tempo?

As intervenções externas ocorreram em contextos distintos e por razões diferentes. A generalização da ideia de que o país sente a necessidade de recorrer à ajuda externa por incompetência política nacional é outra “verdade” que precisa de ser desafiada. Vivemos num mundo dominado pelo modelo neoliberal do capitalismo, um modelo hostil a qualquer programa de redistribuição da riqueza, a valorização do trabalho ou à proteção social. Um país saído do aviltamento social e político causado pelo Estado Novo não podia deixar de incluir na aspiração democrática a aspiração da justiça social. Fê-lo, porém, em contraciclo, quando os anos dourados do pós-guerra haviam terminado (um fim simbolizado com a primeira grande crise do petróleo em 1973). As primeiras intervenções externas decorrem dessa contradição. A última intervenção, a da troika, tem as suas raízes na mediocridade política, na privatização do interesse público, na desmoralização da administração pública que caracterizaram os dez anos de cavaquismo. Foi a direita nacional quem criou as condições de entrega do país à direita global. Desse processo não se devem excluir os erros dos governos socialistas. Assim se criaram as condições para uma vulnerabilidade acrescida ante políticas globais que estrangulam os países europeus mais periféricos depois de os terem sujeito a uma disciplina orçamental irrealista, que condiciona o crescimento económico e é socialmente autoritária. Os planos de recuperação por via do ataque salarial, do aumento do horário de trabalho e do aumento dos custos de acesso a serviços públicos condenam o país a um ciclo recessivo que apenas serve os imperativos imediatos dos credores e subverte a relação de forças na sociedade. O 25 de abril cruzou muitas expectativas em nome de uma sociedade mais justa e mais livre: a austeridade destrói-as a todas.

Concorda que, apesar do desenvolvimento do País, em vez de diminuírem, as desigualdades sociais e a pobreza parece que se acentuaram, nomeadamente com o surgimento dos chamados novos pobres, que têm trabalho e emprego, mas não conseguem ganhar o suficiente para cobrir as despesas? Como é isso possível?

O aumento das desigualdades sociais é um fenómeno que não é exclusivo da sociedade portuguesa, mas que nela, pelas condições que vivemos, ganha contornos agudos. Em 2009, o rendimento dos 20% mais ricos da população era seis vezes superior ao dos 20% mais pobres (Dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento citados em Portugal: ensaio contra a autoflagelação. [Mais dados aqui](#)). Não é por acaso que Portugal figura no quadro dos países europeus com maiores desigualdades de oportunidades, com um forte bloqueio da mobilidade social ascendente, sendo que a crise cria condições para a degradação das condições sociais de partida. Estes números tornam mais clara a incapacidade estrutural de redistribuir rendimento e torna mais flagrante a política social autoritária que não só não responde à exclusão e à vulnerabilidade social como afronta os próprios trabalhadores, crescentemente vítimas de pobreza. As classes médias encontram-se sitiadas, fortemente ameaçadas no seu estatuto e condições materiais pela precarização laboral e pelo desemprego, a que acrescem números preocupantes de sobreendividamento. No discurso dominante a culpa atribui-se muitas vezes à inércia, à irresponsabilidade e à falta de empreendedorismo das pessoas. Tornar individual o que é social e político é fazer o jogo da crise e

legitimar um receituário que agrava os problemas e não traz soluções. As consequências políticas da massiva despromoção social que está a ocorrer são preocupantes. É grave o aumento do desemprego; mais grave é a condição cada vez mais ameaçadora dos que, apesar de trabalharem, não deixam de ser pobres e precisar de recorrer à filantropia social.

Face às condicionantes económicas cada vez mais gravosas e ao duro programa de austeridade imposto, não corremos o risco de estar a fazer aumentar o descontentamento social e a revolta popular e do País se vir a transformar numa Grécia?

Os países têm histórias e trajetórias diferentes e não é possível extrapolar mecanicamente de um para outro. Os limiares do que é socialmente suportável variam de país para país. Temos assistido a um processo de subdesenvolvimento do país que promete vir para ficar. Ninguém acredita que a austeridade vá dar resultado, como não deu resultado em outros países. A experiência não é nova. A conversão do descontentamento em luta e resistência social não é um risco, é o seu contrário: é a única oportunidade de travar o empobrecimento do país e a violência económica e social que estamos a viver. As instituições deixaram de responder aos cidadãos e apenas prestam contas aos mercados. Essa crise institucional é uma crise de democracia que deve ser ultrapassada. A desobediência pacífica que começa a despontar não reivindica nenhuma extravagância política, antes apela a uma democracia verdadeira, que tem faltado ostensivamente na governação económica e social. A única esperança dos portugueses é uma resposta europeia que evite o desastre económico. Assim a Europa saiba interpretar o descontentamento que se faz sentir.

O sentimento cada vez mais disseminado de que as pessoas estão hoje numa situação pior do que antes e que alguma coisa tem que ser feita pode levar a um novo 25 de Abril?

As condições e as lutas são outras, mas não vivemos o fim da história, ao contrário da ideia tatcheriana de que não há alternativa. O peso do pensamento único é um convite à resignação, mas a dinâmica da resistência social tem vindo a densificar-se e a ampliar-se a múltiplos sectores sociais que antes teriam reservas quanto ao protesto. Se um novo 25 de Abril for uma viragem que intensifica a democracia, que procura a justiça económica e faz do interesse coletivo o imperativo da governação, então o novo 25 de Abril é uma esperança que deve dar confiança às lutas sociais e à população. Será radicalmente diferente do primeiro 25 de Abril pelo menos num aspeto: não será a transição de uma ditadura para uma democracia mas antes a transição de uma democracia esvaziada e de baixa intensidade para uma democracia com conteúdo real e de alta intensidade. Mas ele não surge do nada, é uma construção que deve mobilizar as pessoas. Só assim será possível pensar numa sociedade pós-crise que tenha consciência deriva conservadora e saiba evitar os riscos antidemocráticos que hoje estão à vista.

A acontecer, como seria hoje a "revolução"?

Nenhuma revolução se deixa definir antes de ocorrer. A revolução é, por definição, um momento novo. Por outro lado, até hoje nenhuma revolução se soube defender eficazmente da contra-revolução. Apenas sabemos que a rebeldia começa onde a resignação termina. Que o inconformismo extravasa das instituições, para as ruas e as praças, quando as instituições deixam de cumprir minimamente o que os cidadãos esperam delas. O sucesso do inconformismo depende da sua capacidade para criar novas instituições democraticamente mais robustas que ponham os interesses das

maiorias acima das minorias, e também do grau de articulação que as diferentes lutas e movimentos sociais conseguirem desenvolver entre si. Uma revolução hoje seria uma revolução cidadã, uma luta pacífica, parlamentar e extraparlamentar orientada pela aspiração de uma democracia de alta intensidade que combine a democracia representativa com a democracia participativa. Mais do que imaginá-la, seria importante começar a fazê-la.